

A Revista Turismo Estudos e Práticas – RTEP, do Grupo de Pesquisas em Lazer, Turismo e Trabalho (GEPLAT), está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-Compartilhável 4.0 Internacional. Fonte:
<https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/about>. Acesso em: 09 nov. 2021.

REFERÊNCIA

COSTA, Sinthya Pinheiro; SONAGLIO, Kerlei Enele; WIESINIESKI, Livia Barros. Os desafios dos guias de turismo brasileiros diante das adversidades originadas pela Covid-19. **Revista Turismo: Estudos & Práticas (RTEP)**, v. 10, n. 2, jul./dez. 2021. Disponível em:
<https://geplat.com/rtep/index.php/tourism/article/view/958>. Acesso em: 09 nov. 2021.



RTEP REVISTA ISSN: 2316-1493
TURISMO
ESTUDOS & PRÁTICAS

**OS DESAFIOS DOS GUIAS DE TURISMO BRASILEIROS DIANTE
DAS ADVERSIDADES ORIGINADAS PELA COVID-19**

*THE CHALLENGES OF THE BRAZILIAN TOURISM GUIDES IN THE FACE OF ADVERSITIES
ORIGINATED BY COVID-19*

Sinthya Pinheiro Costa¹
Kerlei Eniele Sonaglio²
Lívia Barros Wiesinieski³

RESUMO: Os percalços resultantes da pandemia da COVID-19 no turismo brasileiro revelam um espectro de efeitos adversos em sua dinâmica, notadamente para o setor da prestação de serviços diretos ao turista. Considerando este cenário, empreendeu-se uma pesquisa de abordagem qualitativa que se preocupou em diagnosticar os principais impactos da pandemia no trabalho dos Guias de Turismo do Brasil, como forma de subsidiar propostas de ações e políticas públicas no enfrentamento das dificuldades encontradas por estes profissionais, os influxos desta recessão no ofício do guiamento em 2020 e as perspectivas de sua retomada. A pesquisa foi direcionada para cerca de 24 mil guias de turismo registrados no CADASTUR do Ministério do Turismo e executada por meio de um formulário do Google Forms, obtendo-se um total de 1.938 respondentes. Identificou-se que 71% dos entrevistados tem na atuação como guia sua única fonte de renda e que 73% classificariam as suas perspectivas quanto ao trabalho antes da pandemia da COVID-19 entre alta e muito alta para o turismo. Destaca-se o sentimento e constatação da falta de orientação, suporte ou auxílio do Ministério do Turismo e Secretarias de Turismo (Estadual/Distrital/Municipal) na emergência da pandemia, visto que 93% dos entrevistados afirmam não terem recebido orientação ou protocolos relativos ao seu ofício ou

¹ Doutorado em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Docente do Instituto Federal da Paraíba – Campus Avançado Cabedelo Centro. E-mail: sinthya.costa@ifpb.edu.br

² Doutorado em Engenharia Ambiental na Universidade Federal de Santa Catarina. Docente da Universidade de Brasília. E-mail: kerlei.sonaglio@unb.br

³ Doutoranda em Arquitetura e Urbanismo (FAU/UnB). Universidade de Brasília. Docente da Universidade de Brasília E-mail: liviabsw@unb.br



suporte governamental para suprir suas necessidades. A falta de informação, a impossibilidade de receber auxílio emergencial devido a renda declarada em anos anteriores e a diminuição drástica da remuneração mensal foram os principais impactos sofridos pelos Guias em decorrência da pandemia. **Palavras-chave:** Trabalho. Ações de Planejamento. Política Pública.

ABSTRACT: The mishaps resulting from the COVID-19 pandemic in Brazilian tourism reveal a spectrum of adverse effects in its dynamics, notably for the sector of direct services to tourists. Considering this scenario, a qualitative research was undertaken that was concerned with diagnosing the main impacts of the pandemic on the work of the Brazilian Tourism Guides, to support proposals for actions and public policies in coping with the difficulties encountered by these professionals, the inflows of this recession in the office of guidance in 2020 and the prospects of its resumption. The survey was directed to about 24,000 tour guides registered in CADASTUR of the Ministry of Tourism and executed through a Form of Google Forms, obtaining a total of 1,938 respondents. It was identified that 71% of the interviewees have their only source of income as a guide and that 73% would rate their perspectives on work before the COVID-19 pandemic between high and extremely high for tourism. We highlight the feeling and finding of the lack of guidance, support or assistance from the Ministry of Tourism and Tourism Secretariats in the emergence of the pandemic, since 93% of the interviewees say they have not received guidance or protocols regarding their office or government support to meet their needs. The lack of information, the impossibility of receiving emergency aid due to the income declared in previous years and the drastic decrease in monthly remuneration were the main impacts suffered by the Guides due to the pandemic. **Keywords:** Work. Planning Actions. Public Policy.

INTRODUÇÃO

Em situações de crise ambiental, política, econômica ou de saúde pública, as repercussões no turismo revelam as fragilidades de um sistema em desequilíbrio e dependente de soluções governamentais eficientes e eficazes. Em períodos de emergência, como o da pandemia de COVID-19, decretado pela Organização Mundial da Saúde [OMS] em março de 2020, observa-se a mudança abrupta das políticas públicas setoriais que se convertem em agendas e que representam as temáticas a serem debatidas pelos governos e atores ligados a eles, tendo como foco os problemas, soluções e contexto político ao qual estão inseridos (KINGDON, 2011).

Os percalços resultantes da pandemia da COVID-19 no turismo brasileiro revelam um espectro de efeitos adversos em sua dinâmica, notadamente para o setor da prestação de serviços diretos ao turista. No Brasil, o contexto decorrente das restrições de contato pessoal impostas pela emergência da pandemia afetou, principalmente, os atores relacionados à dinâmica do turismo no País, como empresários, colaboradores e autônomos que atuam no setor de A&B, de eventos, agências e operadoras de viagens (emissivo e receptivo), consultoria turística, meios de hospedagem (formais e informais), prestação de serviços turísticos e equipamentos para atividades de entretenimento relacionadas ao turismo e guias de turismo.

A pandemia, de forma escalar, impacta diretamente nas decisões dos planejadores e gestores do turismo, seja pela necessidade de atender de forma imediata à demanda de redução da transmissão, a partir de medidas que criam novos protocolos de segurança em saúde pública, ou por medidas que garantam o mínimo sustento dos



profissionais autônomos que, ao suspenderem sua atuação perdem a remuneração variável que está diretamente relacionada ao fluxo de turistas.

Nesta arena dinâmica de *front*, o conjunto de profissionais do Guiamento certamente figura como um grupo exposto às adversidades impostas pela situação citada. Isto porque, são um coletivo de pessoas que, geralmente, atuam de modo autônomo e dependem do fluxo turístico regular para a manutenção de seus recursos financeiros, já que o acesso as alternativas de suporte, recursos, empréstimos e financiamentos são mais frequentes para atores do trade na condição de pessoa jurídica.

Neste sentido, o Ministério do Turismo [MTUR], como principal interlocutor da esfera executiva do Brasil, a partir de abril de 2020 articulou junto aos demais setores e ao Congresso Nacional ações de mitigação dos impactos econômicos da COVID-19 à partir da liberação de recursos via MP nº 936/2020, MP nº 948/2020 e MP nº 963/2020 que propõe respectivamente o programa emergencial de manutenção do emprego e da renda, alteração das regras de cancelamento de serviços turísticos e, abertura de crédito extraordinário para o Fundo Geral do Turismo - FUNGETUR. Para atender às demandas sociais, a pasta disponibiliza em suas mídias sociais documentos de referência que visam a reorganização da oferta de serviços durante e após pandemia, como o Manual sobre Coronavírus e o Selo “Turismo Responsável, Limpo e Seguro: faça sua parte” (MTUR, 2020). A recomendação reforça que o papel das políticas públicas de turismo e o diálogo necessário entre essa e as demais políticas setoriais, como a de saúde pública, no intuito de abordar a representatividade de ações prósperas no cotidiano dos sujeitos e das cidades.

Para amparar esta pesquisa, a autoria concorda com March (2009) e entende por política as estruturas institucionais que garantem o equilíbrio do sistema de forma contínua e estruturada. Esta compreensão vem ao encontro da racionalidade atribuída aos atores e dos reflexos em seu comportamento, uma vez que cabe a estes a tomada de decisão.

Se por um lado compreendemos o papel da política na dinâmica social, cabe acrescentar ao debate elementos essenciais à construção do público, a partir de metodologias participativas, dos saberes democráticos e garantindo amplitude no atendimento à coletividade, permitindo o bem estar comum a partir da compreensão das particularidades de cada indivíduo sistematizando e representando seus interesses, assim como dos demais setores da sociedade. Assim, “é aquilo que convém a todos, da mesma maneira, para sua dignidade” (TORO, 2005, p.29).

Em síntese, para esta pesquisa adotou-se o entendimento de que política pública é um “campo do conhecimento que busca, ao mesmo tempo, colocar o governo em ação” e/ou analisar essa ação e, quando necessário, propor mudanças no rumo ou curso dessas ações (Souza, 2006, p.26). Para a autora, desta forma, assegura-se a democracia e os direitos individuais e coletivos, sejam estes contraditórios ou não.

Diante disso e para conhecer os desdobramentos iniciais da pandemia no ofício dos Guias de Turismo brasileiros, se empreendeu essa pesquisa preocupada em diagnosticar os principais impactos do distanciamento social no trabalho desses profissionais, visando subsidiar propostas de ações e políticas públicas no enfrentamento das dificuldades encontradas por estes atores, bem como os influxos desta recessão no ofício do guiamento em 2020 e as perspectivas de sua retomada.

Cabe ressaltar que, no Brasil, os Guias de Turismo possuem regulação específica para sua atuação e de acordo com a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993 (BRASIL, 1993a), que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e o Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993 que a regulamenta, além do ensino médio completo, constitui-se



também como requisito obrigatório a conclusão do Curso de Formação Profissional de Guia de Turismo na classe para a qual o profissional estiver solicitando o cadastramento, sendo elas (BRASIL,1993b, n/p):

- I - guia regional - quando suas atividades compreenderem a recepção o traslado, o acompanhamento, a prestação de informações e assistência a turistas, em itinerários ou roteiros locais ou intermunicipais de uma determinada unidade da federação para visita a seus atrativos turísticos;
- II - guia de excursão nacional - quando suas atividades compreenderem o acompanhamento e a assistência a grupos de turistas, durante todo o percurso da excursão de âmbito nacional ou realizada na América do Sul, adotando, em nome da agência de turismo responsável pelo roteiro, todas as atribuições de natureza técnica e administrativa necessárias à fiel execução do programa.
- III - guia de excursão internacional - quando realizarem as atividades referidas no inciso II, deste artigo, para os demais países do mundo;
- IV - guia especializado em atrativo turístico - quando suas atividades compreenderem a prestação de informações técnico-especializadas sobre determinado tipo de atrativo natural ou cultural de interesse turístico, na unidade da federação para qual o mesmo se submeteu à formação profissional específica.

Considerando a diversificação de segmentos que compõe este grupo de prestadores de serviços turísticos que atuam em todas as regiões do País, acredita-se que a retomada pós-pandemia imbuída de estratégias de segurança turística pode beneficiar, ainda que em parte, os grupos que atendem ao turismo doméstico. Por conta disso, os resultados da pesquisa em tela podem indicar direções mais sólidas para subsidiar a tomada de decisões visando as particularidades do Brasil.

DESENVOLVIMENTO DO TEXTO

DESENHO E PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

A pesquisa em tela é de abordagem qualitativa e foi direcionada para os Guias de Turismo registrados nos meses de abril e maio/2020 no CADASTUR do Ministério do Turismo brasileiro. Portanto, a pesquisa foi voltada para aqueles profissionais com a formação técnica do curso de Guia de Turismo e atuação na área de maneira regularizada (requisito para seu registro no CADASTUR).

O CADASTUR – “sistema de cadastro de pessoas físicas e jurídicas que atuam no setor de turismo” (MTUR, 2020a, n/p) reúne o quantitativo de 24.285 guias oficialmente cadastrados, sendo que esse número não reflete a atuação profissional momentânea no Brasil, mas permite uma ideia do universo de trabalhadores existente. Isto porque, a despeito de haver regulação para atuação formal, há o mercado informal de Guias que desempenham suas atividades à revelia de registros obrigatórios.

Para diagnosticar os principais impactos do distanciamento social no trabalho desses profissionais e visando subsidiar propostas de ações e políticas públicas para o enfrentamento das dificuldades encontradas por estes atores, bem como os influxos desta recessão no ofício do guiamento em 2020 e as perspectivas de sua retomada, a equipe de pesquisa elaborou um formulário no *Google Forms* estruturado com perguntas fechadas do tipo *linear scale*, *check boxes*, *multiplechoice*, *dropdown* e abertas em *short*



answer e paragraph. As perguntas foram divididas em três categorias-mãe: perfil socioeconômico, atuação como Guia de Turismo e contexto da pandemia.

Na prospecção do formulário citado, a pesquisa contou com o apoio da Federação Nacional de Guias de Turismo [FENAGTUR], principalmente na divulgação e sensibilização entre os seus membros na participação como respondentes da pesquisa e interlocução com 18 Sindicatos Estaduais dos Guias de Turismo filiados à Federação. Isto porque a Federação conta com membros efetivos que congregam pessoas munidas de formação técnica em Guia de Turismo reconhecida e atuam de modo formal e autorizado.

A coleta de dados e informações via instrumento de pesquisa aconteceu em duas etapas:

- a primeira: de 28 de abril à 15 de maio de 2020, tendo sido divulgada e disponibilizada em grupos de Whatsapp compostos por Guias de Turismo e de mala direta enviada pela FENAGTUR a seus associados, resultando num total de 1754 respondentes.
- a segunda: aconteceu entre 15 de maio e 05 de junho de 2020, tendo como foco os profissionais registrados no CADASTUR (o que não o excluía de estar registrado na FENAGTUR). A partir da lista gerada em *excel* no site do CADASTUR, foi enviado e-mail para os profissionais, os convidando a responderem o formulário. A dinâmica foi empreendida por meio de 2 e-mails exclusivamente criados para a pesquisa e resultou em 184 respostas.

Ao final do prazo, a pesquisa obteve o total de 1.938 respondentes, assegurando 99% de nível de confiança e uma margem de erro de 2,8%, calculado pelo software R. As perguntas fechadas foram tabuladas no software Excel e a análise resultante dos questionamentos em formato de perguntas abertas foi realizada a partir da Análise de Conteúdo (BARDIN, 2011), por meio da qual foi possível também mapear as situações de vulnerabilidade destes atores do turismo e suas percepções sobre a retomada do guiamo. Por fim, se procedeu a análise de resultados da investigação com amparo nas políticas públicas do Brasil e os encaminhamentos governamentais e de entidades sobre as ações de mitigação dos impactos econômicos da COVID-19 e orientações sobre prevenção/cuidados destinadas ao Turismo, bem como a regulação específica para sua atuação dos Guias (Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993 e Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993).

ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os dados e informações ora apresentadas são resultados da pesquisa realizada virtualmente por meio do *Google Forms* com os Guias de Turismo do Brasil que obedeceu aos procedimentos metodológicos mencionados no item anterior.

Quanto aos dados gerais, identificou-se que 53% dos respondentes são pessoas do sexo feminino e 47% do masculino. Há variação etária entre os sujeitos pesquisados, sendo a faixa etária entre 41 e 50 anos a que apresentou maior número, correspondendo a 31% do total, seguida de 51 a 60 anos, com 29%. Há de se observar a representatividade do público “jovem”, entre 18 e 29 anos que só obteve 7% dos respondentes, o que permite inferir que está é uma ocupação de pessoas com mais idade, entretanto, não para idosos, uma vez que este público representou apenas 10% dos respondentes. Na faixa etária entre 30 e 40 anos, estão 23% dos entrevistados. Em relação ao estado civil, 864 respondentes são casados, enquanto 710 são solteiros e 337 divorciados. Apenas 2 respondentes possuem união estável e 25 são viúvos.



Quando questionados sobre o grau de escolaridade, dos 1.938 respondentes, 318 afirmaram possuir pós graduação, 634 - curso superior completo e 437 - superior incompleto. Em relação ao ensino médio - requisito obrigatório para o exercício profissional como Guia de Turismo de acordo com a art. 5º do Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993 que regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993 (BRASIL, 1993a), que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo - 537 respondentes afirmaram possuir ensino médio completo e apenas 12 ensino médio incompleto, o que indica ter havido respondência de pessoas que integram os grupos de Guias no *Whatsapp* e que atuam de modo irregular/informal e à revelia de formação específica para esta profissão.

Em relação as classes de enquadramento como Guia e suas especialidades, mesmo sendo possível marcar mais de uma opção, identificou-se baixa especialidade técnica, uma vez que apenas 270 sujeitos (13,9%) afirmaram ser especialistas em atrativos naturais e/ou culturais. Essa realidade pode ser justificada pela pouca disponibilidade (até mesmo indisponibilidade) de cursos de especialização técnica no Brasil, corroborando para o número baixo de profissionais que atuam especificamente nestas áreas. O mesmo acontece com os guias de excursão internacional, pois, além de poucas instituições brasileiras oferecerem este curso, o custo é alto, e isso foi apontado como item principal que inviabiliza a formação nessa modalidade. Nesta pesquisa, apenas 14,4% dos respondentes são especializados em excursão internacional. Por sua vez, 45% são guias regionais, 18,5% guia de excursão nacional e 60,8% guia regional e de excursão nacional.

O gráfico 01 apresenta a distribuição dos sujeitos pesquisados por regiões (bem como a quantidade de guias internacionais). Os dados apresentados nele mostram a amplitude da pesquisa, uma vez que, apresenta guias que operam em todas as regiões brasileiras, bem como com ampla atuação na condução de grupos em viagens internacionais, prevalecendo a Europa como principal destino. Em nível nacional, a maior quantidade de respondentes atua na região Nordeste e Sudeste, sendo estas regiões as que apresentam maior quantidade de Guias registrados no CADASTUR do Ministério do Turismo.

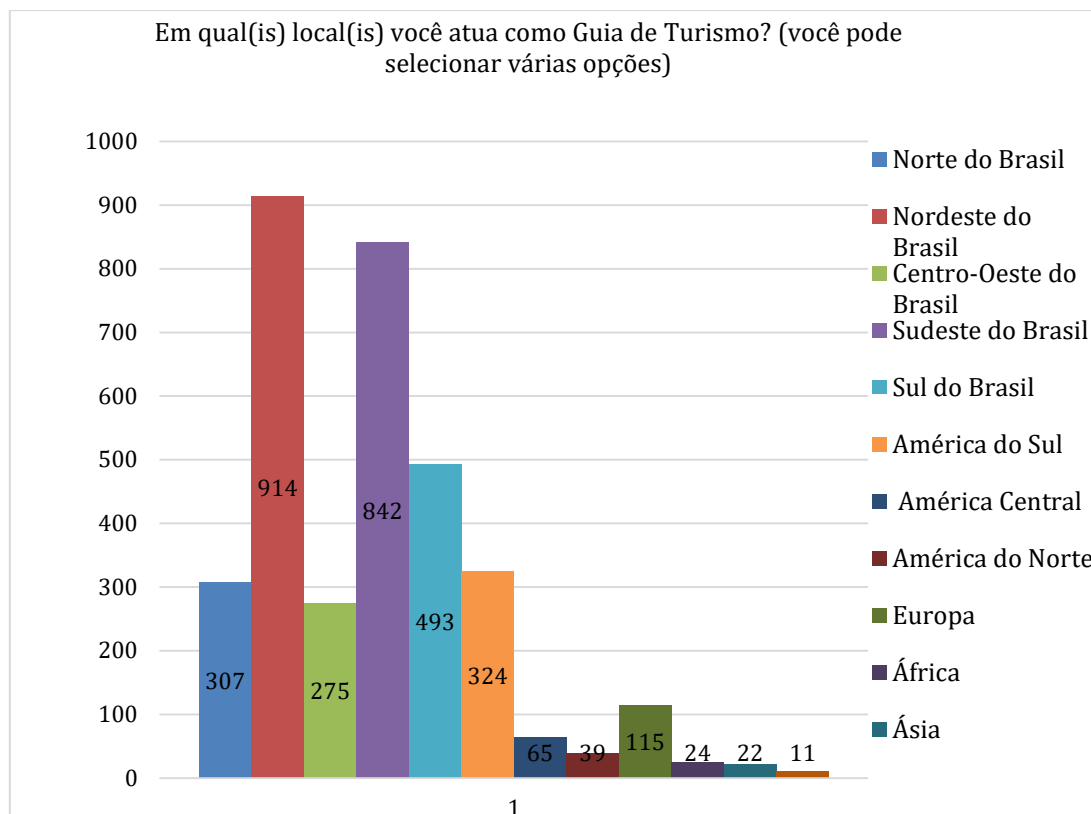


Gráfico 01: Localidade de atuação como Guia.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Quando questionado se o sujeito está ligado a alguma entidade de classe (como sindicato, associação, federação etc.) e se o participante está registrado no CADASTUR do MTUR, 57% afirmaram não estarem ligados(as) a entidades de classe, enquanto 43% afirmam pertencer a alguma entidade. Já no quesito CADASTUR, 97% estão registrados e apenas 3% não estão. Ressalta-se que o cadastro no MTUR, a partir do CADASTUR é obrigatório para os Guias de Turismo, conforme Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, sendo o primeiro passo para que consigam retirar a carteira de guia de turismo, uma vez que esta é emitida pelo próprio Ministério. Desta forma, esses 3% que não estão cadastrados, independente do motivo, estão descumprindo as exigências para atuação na área.

Quando questionados se antes da pandemia da COVID-19 o trabalho como Guia de Turismo era a única fonte de renda, 29% dos sujeitos afirmaram que o trabalho como Guia é a principal atividade, mas que realizam outros ofícios para complementar a renda. Deste total, 21% afirmam estarem aposentados e tem o trabalho como Guia de Turismo como uma forma de continuar ativo, trabalhando, se socializando e obtendo renda adicional. Outra ocupação relatada foi a de professor (17%), sendo mais frequente nas áreas de história, de turismo e de eventos. Outra ocupação presente nos resultados foi a de servidor público (9%) nas três esferas, seguidos por pessoas que trabalham em agências de viagens (11%). Neste último caso, são Guias que possuem carteira de trabalho assinada nas agências de receptivo.

O total dos sujeitos que tem na ocupação de Guia de Turismo a sua única fonte de renda foi 71%. Do restante que afirma possuir outras atividades complementares não nominadas no questionário e incluídas em alternativa descritiva, diversas funções foram citadas, como por exemplo: cuidadores de idosos, autônomos, motoristas, vendedores,

artesãos, corretores de imóveis e seguros, garçons; ou por respondentes que afirmam existir outro ofício, mas não especificaram a sua ocupação.

Para a maioria dos sujeitos pesquisados, a pandemia causou perda significativa na renda familiar e nas expectativas profissionais, já que são profissionais que, geralmente, realizam trabalho autônomo e recebem pagamento por guiamento realizado.

A pesquisa entrou nos temas sobre os auxílios emergenciais do governo e orientações a respeito da pandemia, oferecidos aos Guias por órgãos governamentais de Turismo (Gráfico 02).

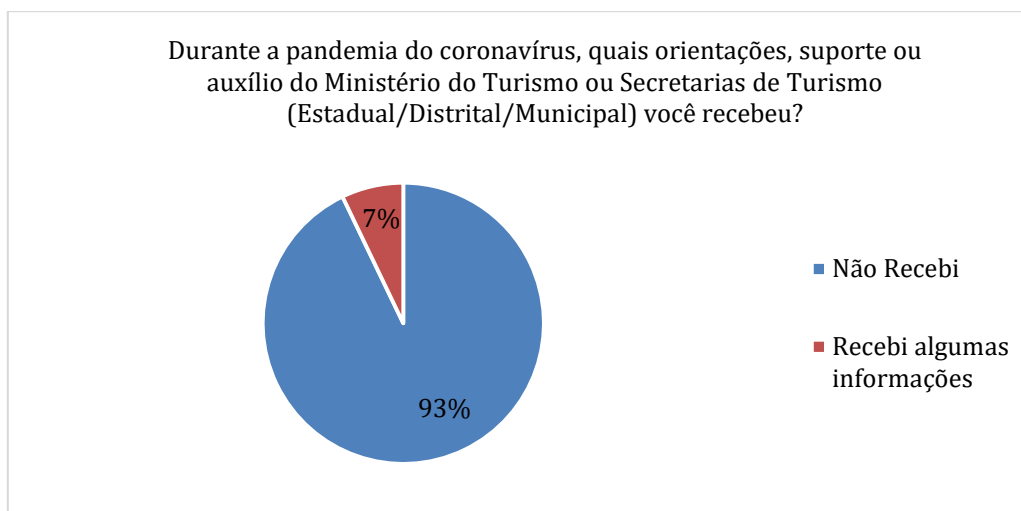


Gráfico 02: *Quais as orientações, suporte ou auxílio recebeu.*

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Dos respondentes, 93% afirmam não ter recebido orientações, suporte ou auxílio do Ministério do Turismo ou Secretarias (Estadual/Distrital/Municipal), sendo que no campo para respostas descritivas sobre o assunto, os principais relatos foram de sentimento de abandono e sensação de negligência por parte do governo. A maioria dos Guias relata que não tiveram direito ao auxílio emergencial do governo federal, que não foram contactados pelos órgãos de turismo (das três esferas) para orientações sobre segurança turística e julgam ter ocorrido despreparo das autoridades turísticas para o enfrentamento da situação de emergência sanitária desde o seu início, especialmente para esta categoria formada, em sua maioria, por autônomos e *freelancers*.

Dentre os 7% que declaram ter recebido informações ou suporte, os principais foram: Ficar em casa – 50 respondentes, Cesta básica – 29 respondentes, Auxílio emergencial – 6 respondentes, Uso e/ou recebimento de Equipamentos de Proteção Individual – 6 respondentes, E-mail para cadastrar benefício – 3 respondentes, Outras informações – 42 respondentes.

Quando os dados referentes a ocupação como Guia são cruzados com a renda média declarada antes da pandemia, percebe-se que o problema é ainda mais preocupante. Isto porque 44% dos sujeitos pesquisados afirmaram possuir uma renda média entre 3 e 4 salários mínimos, 34% entre 1 e 2 salários mínimos e 12% entre 5 e 6 salários mínimos (Gráfico 03).

Qual era a sua renda mensal média ANTES da pandemia COVID-19?

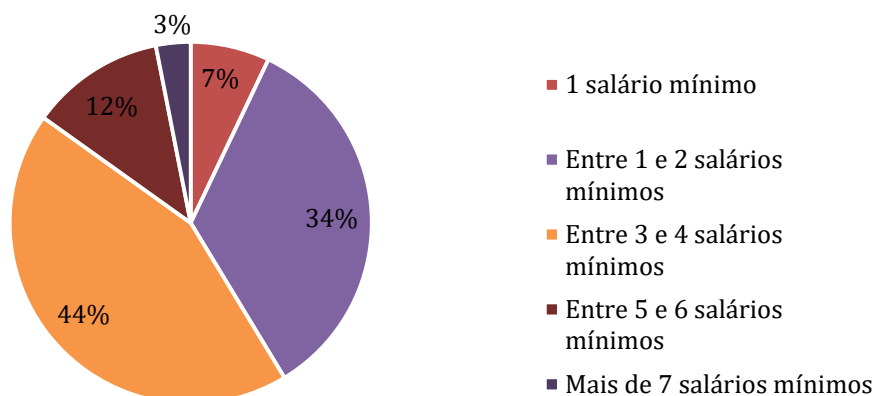


Gráfico 03: Renda mensal antes da Pandemia

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Diante desse resultado, a equipe de pesquisa também questionou sobre o recebimento de auxílio emergencial federal levando em consideração que com a pandemia o Governo Federal criou um benefício financeiro destinado aos trabalhadores informais, microempreendedores individuais [MEI], autônomos e desempregados tendo sido disponibilizado no período de enfrentamento à crise causada pela pandemia do Coronavírus - COVID 19. O valor do benefício varia entre R\$600,00 para o cidadão maior de 18 anos, que atenda a todos os seguintes requisitos e esteja desempregado ou exerça atividade na condição de: MEI; contribuinte individual da Previdência Social; ou trabalhador informal, que pertença à família cuja renda mensal por pessoa não ultrapasse meio salário mínimo (R\$ 522,50), ou cuja renda familiar total seja de até 3 (três) salários mínimos (R\$ 3.135,00) e de R\$1200,00 para mulheres provedoras da família (CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, 2020).

No caso específico dos Guias de Turismo, a maioria relata que requereram o benefício, mas tiveram esse auxílio negado, principalmente por terem sua renda declarada no ano anterior superior a enquadrada para receber o recurso. Desta forma, acreditar que o trabalhador que vivia com uma renda superior ao salário mínimo (R\$ 1.045,00), conseguirá sobreviver vários meses com pouco mais da metade deste valor e/ou com nenhum valor, sem que seja fornecido a ele outra opção, tais como um subsídio que esteja dentro da sua realidade, ou tampouco contactá-lo para alternativas plausíveis, prestar informações e outras ações é, sem dúvida, atestar a ineficiência das esferas públicas para o enfrentamento de crises. Para compreensão mais detalhada do tema, destacam-se trechos representativos oriundos da pesquisa:

Nenhuma [informação recebida]. o auxílio Emergencial foi negado e eu preciso muito de ajuda, sou divorciada, moro eu e minha filha que têm doença crônica de alto risco. o pai da uma ajuda pequena, estou com muita dificuldade financeira, eu tinha várias viagens Pedagógica nas escolas, com o COVID 19 foram todas canceladas, sou revendedora de produtos p ajudar na despesa de casa, mas está difícil de vender tbm , pois preciso de uma ajuda até cesta base já me ajuda na alimentação da minha filha . agradeço (p.1546)



Até o momento essa foi a primeira vez que fiz contato com o setor e ainda espero pelo auxílio emergencial, sem sucesso há mais de um mês aguardando. Ainda que o Sindicato de Guias do ES tenha feito divulgação que faria um cadastro para auxiliar os guias que sofrem com o impacto da falta de suporte do Governo, não tinha enviado meu pedido de ajuda pois estava sem internet, inclusive só consegui responder esse questionário somente agora pois restaurei o serviço junto a operadora. (p.1740)

Recebemos da prefeitura o boletim informativo sobre os casos no município. Mas de auxílio não recebemos nada. Aliás... É a prefeitura que quer meter mão em recursos destinados ao turismo para desviar supostamente para o combate a pandemia. Ou seja... Não somente não ajudou, senão que mostra que quer seguir tirando dinheiro de onde não deve. A prefeita se chama [nome retirado]. E é um escândalo. (p. 1809)

Antes da pandemia não usei nenhum instrumento de segurança porque não tinha conhecimento do que estava por acontecer. A partir do surto da pandemia não houve nenhum suporte ou auxílio do governo pois o trabalho simplesmente acabou. Desde 15 de março de 2020 não tenho trabalhado mais. (p.1798)

Toda a categoria de Guias de Turismo do Estado do Amazonas, receberam até a data de hoje, 05/05/20, 1 cesta básica no valor de R\$ 50, um total descaso pela parte dos governos locais, estaduais ou federal. (p.976)

O secretário de turismo, junto com a Equatorial e o Sindicato Regional dos Guias de Turismo de Alagoas no mês de abril, doou para cada guia ativo na profissão 2 cestas básicas e 1 kit de limpeza. (p.261)

A dificuldade está prevista para o futuro próximo, haja vista, que o trabalho normal vai demorar para reestabelecer. Ficar no isolamento não é problema é uma condição de proteção. Talvez o maior problema seria que não vejo possibilidade de migrar para outro segmento comercial em minha cidade que seja promissor. Cada cidade tem suas peculiaridades na economia e o governo precisa focar em criar essas soluções. Quem tem custo de vida a partir de 3 mil mensais não consegue viver com o auxílio de 600,00. Creio que é uma situação que a maioria dos guias estão vivendo. Todos vão suportar até acabar suas reservas financeiras, (quem tem) aí sim, teremos problemas, haja vista, que dependemos do fluxo de turista. Eu acredito que esse fluxo de turista vai começar a restabelecer a partir de outubro a janeiro 2021. (p.386)

É importante destacar que 94% dos sujeitos pesquisados, antes da pandemia COVID-19, desempenhavam suas atividades como autônomos (94%). Apenas 4% possuem carteira assinada e 2% tem contratos de trabalho ou são enquadrados como prestadores de serviço. Levando em consideração que o auxílio seria para a primeira categoria, temos um total de 70% dos sujeitos entrevistados que solicitaram o auxílio emergencial, conforme apresentado no gráfico 04, a seguir. Grande parte dos que não solicitaram foi por possuírem renda como aposentado ou por terem outros empregos. Muitos afirmaram terem solicitado, mas ter sido negado relacionando aos valores declarados à receita federal em anos anteriores.

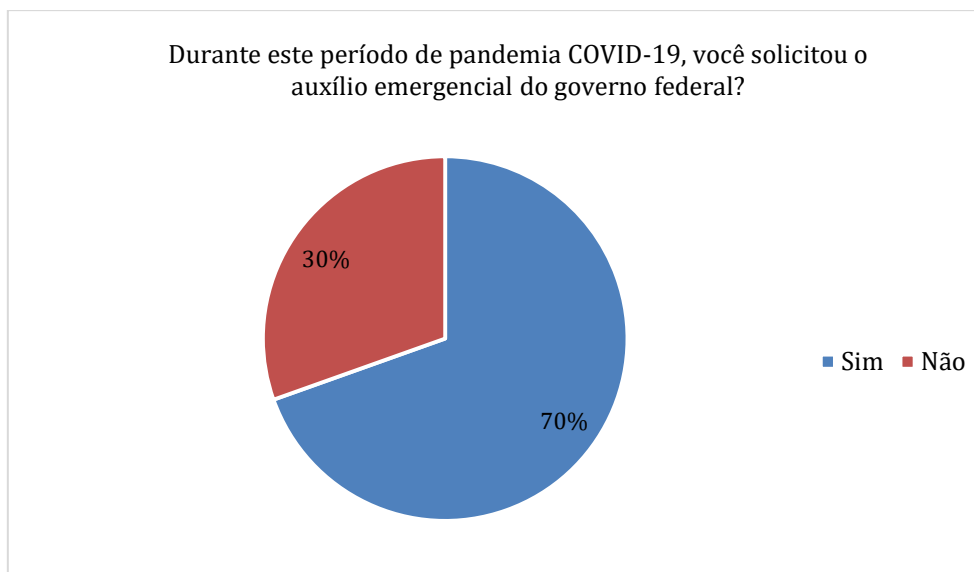


Gráfico 04: solicitação de auxílio emergencial

Fonte: Dados da pesquisa, 2020.

Todavia, é preciso evidenciar que independente de ter solicitado o auxílio e/ou ter uma renda que sustentaria a família durante a pandemia, o impacto dela nos Guias de Turismo foi significativa, principalmente porque em 2020, no Brasil, haveria eleições e sete feriados prolongados, além das perspectivas anunciadas de crescimento econômico na faixa de 3,4% do mercado Europeu, do Oriente Médio e da América Latina, melhorando e contribuindo significativamente para este crescimento no turismo (OMT, 2020).

Quando questionados sobre como classificariam as suas perspectivas quanto ao trabalho como Guia de Turismo “ANTES” da pandemia COVID-19, a maioria dos sujeitos pesquisados classificou como “alta” (Gráfico 05):

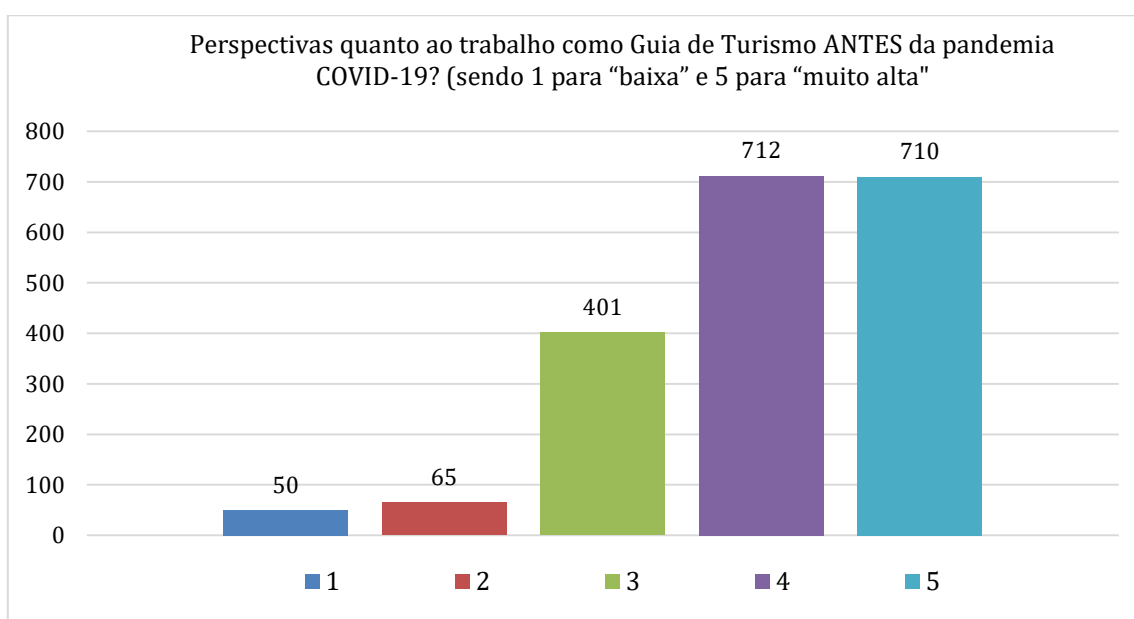


Gráfico 05: perspectivas antes da pandemia

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao passo que as expectativas eram altas para o trabalho, elas foram sendo minadas a cada novo *lockdown* estabelecido nos estados e municípios, já que não havia regularidade nacional porque o governo federal não decretou o confinamento. A cada novo pico da doença em algum estado/município, os Guias relataram que com as reportagens sobre a má conduta da população e dos governos na prevenção da doença ocorria repercussão no turismo regional de modo assistemático, o que ocasionava, eventualmente, migração de Guias de um local de trabalho para outro, pressionando o mercado local e desencadeando desavenças pessoais diante do pouco fluxo turístico existente, sobretudo durante o mês de março e abril.

De acordo com MTUR (2020b) a pandemia além de afetar diretamente a saúde dos indivíduos, afetou também a forma como a sociedade se relaciona, os meios de transporte, os meios de trabalho e especialmente toda a cadeia produtiva. Em termos financeiros, a pandemia também causou impactos:

o maior impacto foi percebido no segundo trimestre de 2020 no qual houve queda de 68,8% na Receita Cambial Turística com relação ao mesmo período de 2019, acumulando queda de 37,2% no 1º semestre em relação ao 1º semestre de 2019. Já em comparação do 2º trimestre com o 1º trimestre desse ano, a queda foi de 74,4% e, apesar de esperada devido ao movimento sazonal do turismo, foi intensificada com a pandemia. [...] De acordo com os dados do Novo CAGED, de janeiro a julho de 2020 o saldo entre contratações e demissões na economia do turismo foi negativo em 364.044 postos de trabalho formais (MTURb, 2020, p. 11-17).

Esses números corroboram com os dados obtidos nesta pesquisa, uma vez que, 1.919 respondentes afirmaram terem interrompido as suas atividades de guiamento em razão da pandemia. Essa interrupção, em alguns casos, foi por decisão pessoal e/ou por escolha da empresa para qual presta serviços, e/ou por força governamental, sendo necessário aguardar a permissão governamental para o retorno das atividades turísticas, sendo esta última a que obteve o quantitativo maior de respondentes (Gráfico 06).

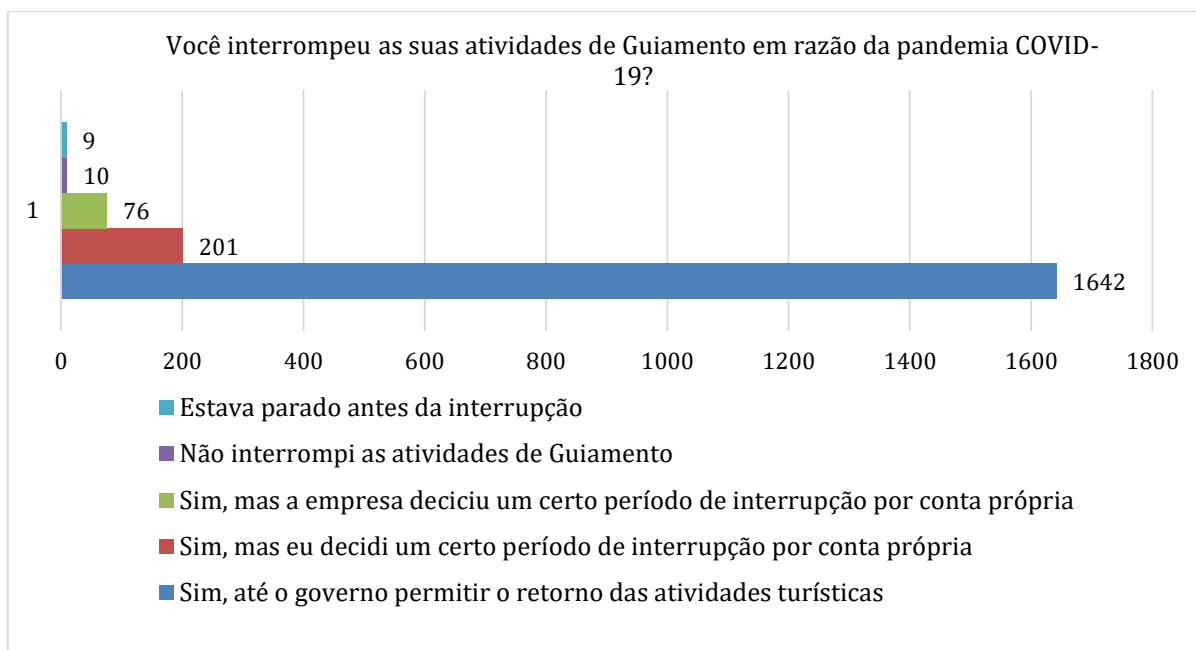


Gráfico 06: interrupção das atividades de Guiamento em razão da pandemia COVID-19
Fonte: dados da pesquisa, 2020.



Essa interrupção justifica as dificuldades financeiras vividas por muitos destes profissionais e os apelos manifestados nas questões subjetivas da pesquisa, como o exemplo a seguir:

O auxílio emergencial do governo federal foi negado pra mim, em detrimento de a minha filha, que mora comigo, ter sido contemplada com este auxílio emergencial, apesar de que somos 4 pessoas dependentes deste benefício social. Por conta disso, estamos passando com apenas R\$ 600,00 (seiscentos reais). O que minimiza minha situação social é que recebi (no mês de abril) uma cesta básica distribuída pelo SINDEGTUR-AM (doada pela Amazonastur) e outra de uma agência de turismo pra qual eu presto serviços como guia de turismo regional. Porém, no mês de maio, até o momento em que preencho este formulário, só recebi uma cesta básica distribuída pelo SINDEGTUR-AM. O pagamento das contas de fornecimento de água, energia elétrica e telefone estão atrasadas por falta de recursos financeiros. Bem como o boleto de pagamento da minha pós-graduação. (p.1825)

A interrupção das atividades, somada aos problemas financeiros decorrentes da falta do trabalho, levaram muitos profissionais do guiamento a migrarem para outras atividades, como forma de suprir as necessidades mais imediatas. Entretanto, a maioria dos guias de turismo participante desta pesquisa ficou sem alternativas e foi possível identificar 1.573 sujeitos que não migraram para outras funções/setores ou ficaram desempregados. Dos que migraram para outras atividades, os principais relatos foram: 50 respondentes foram trabalhar como motorista de aplicativo, 19 como entregadores (motoboy), 21 como atendente e/ou vendedor, 124 afirma que empreendeu como autônomo em outro setor (principalmente em A&B com delivery), 141 respondentes foram para outras atividades, sendo esta última categorizada por: aposentado, servidor público, cuidador, realizando *lives* patrocinadas, palestras *on line*, aulas, empreendedor de turismo *on line*, ajudante de pedreiro, artesão.

A principal questão para os Guias em não dispor de uma atividade alternativa em um momento atípico de pandemia é que o sujeito passa a depender do governo (e na pesquisa constatou-se que esta opção não foi eficaz para a maioria), ou usufrui das reservas financeiras que reuniu anteriormente (citadas por alguns respondentes). A pandemia está perdurando e os depoimentos indicam que os recursos começaram a acabar e muitos profissionais ficaram sem saber “como viver o dia de amanhã”. O gráfico 07 apresenta as condições financeiras para enfrentar o início da pandemia sem entrada de renda contínua e é possível observar que os Guias de Turismo manifestam que conseguiriam suprir as necessidades pessoais por no máximo 02 meses. Porém, para aproximadamente 560 respondentes, nem por este tempo seria possível garantir as condições mínimas para “sobreviver”.

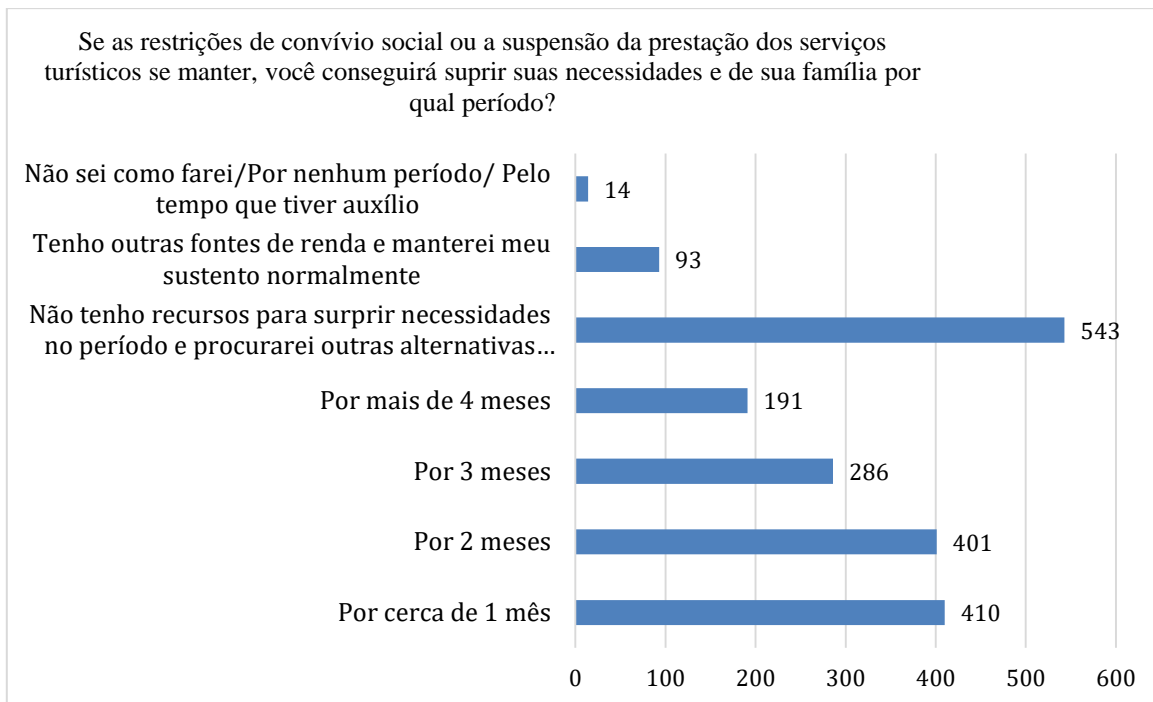


Gráfico 07: você conseguirá suprir suas necessidades e de sua família por qual período?
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ainda que a maioria dos participantes esteja em uma condição desfavorável, o que deveria os impulsionar a fazer algo diferente para suprir as necessidades mais imediatas, a pesquisa demonstra que a migração para outra atividade é recebida com resistência. Uma possível justificativa para esta “resistência” a mudança pode estar relacionada com o tempo de exercício da atividade de Guia, conforme apresentado no gráfico 08, já que muitos comentaram ter investido tempo, estudo e prática para, então, mudar de ramo sem profissionalismo.

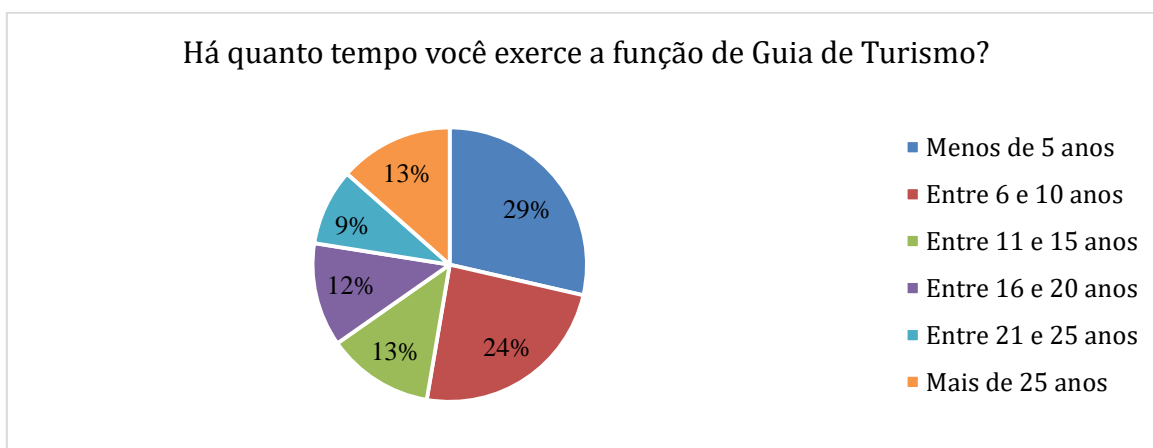


Gráfico 08: Tempo de exercício na função de Guia de Turismo?
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Ao analisar o gráfico 08, é possível verificar que a maioria dos sujeitos participantes desta pesquisa exercem a profissão há mais de 6 anos. Desta forma é difícil para um profissional experiente que está, por exemplo, há mais de 15 anos (47%) no mercado turístico ter que se reinventar ou recomeçar em outra atividade que não lhe seja confortável. Além disto, a própria característica da pandemia, que prezou pelo



isolamento social como o melhor instrumento de prevenção, culmina em certa retração do sujeito, o limitando em criar estratégias para enfrentamento desta adversidade.

Por conta da pandemia COVID-19, as principais dificuldades que os Guias de Turismo do Brasil vêm enfrentando em razão da suspensão das atividades de Guiamento, estão relacionadas à: 97% alega dificuldades financeiras, 2% falta de trabalho e 1% isolamento. Como é de se esperar, as pessoas sentem primeiro as questões relacionadas ao dinheiro, prevalecendo sobre as questões psicossociais. Desta forma, a capacidade de reação é minimizada por ser posta em segundo plano e, independente das perdas que o momento impõe, as dificuldades de cunho econômico se mostram como as mais severas.

Sem auxílio do Governo Federal e o descaso do Ministério do Turismo, fica muito difícil ter boas perspectivas em relação às atividades turísticas. A maior dificuldade é o compromisso com o financiamento de carro, ter que cancelar TV a cabo e gastar o mínimo e saber que o dinheiro não é o suficiente para atender a necessidade da família e que teremos longos meses ainda pela frente, até porque o inverno ainda vai chegar. Infelizmente, estou um pouco pessimista ao fim da pandemia no Brasil, porque a população não tem tratado com seriedade necessária para que não haja mais contaminação. (p.765)

Ainda que esta pandemia tenha servido para mostrar a fragilidade nas relações trabalhistas do Guia de Turismo (por exemplo, o elevado número de autônomos, uma vez que as agências preferem este tipo de contratação a registrar formalmente o profissional), 1.739 Guias participantes desta pesquisa afirmaram que retornarão com as suas atividades de guiamento quando a situação crítica da pandemia COVID-19 se normalizar. Apenas 12 afirmaram não ter intenção de retornar para esta ocupação, enquanto 135 acreditam que talvez voltem e 52 afirmaram ainda não terem pensado no assunto. Desta forma, ainda que o impacto decorrente da paralisação da atividade e, conseqüentemente, a instabilidade financeira decorrente da forma de contratação tenha sido alto, o fator tempo de trabalho, a experiência profissional, bem como a vivência diária impulsionam o retorno na medida em que ele seja permitido.

É preciso ressaltar que esta pesquisa foi realizada com Guias de Turismo de todo o Brasil, o que permite compreender a realidade nacional destes profissionais no período pandêmico. Os dados e informações ora apresentados refletem a dinâmica habitual, as relações de trabalho e a atuação governamental que são operadas no turismo brasileiro e, por consequência, são causadoras de desamparo e dificuldades em tempos de crise.

No caso da crise sanitária em questão, desde o início da pandemia e nas imediações do período de suspensão das atividades turísticas, foi possível detectar que a grande maioria dos Guias adquiriu por conta própria os itens de segurança/proteção à saúde para atuar no guiamento em razão da pandemia COVID-19 (álcool gel 70%, sabão, máscara de proteção facial, lenços de papel, luvas etc.), visto que as empresas, quando os contratava para os serviços de guiamento, não forneciam o material necessário para proteção individual dos mesmos (gráfico 09).

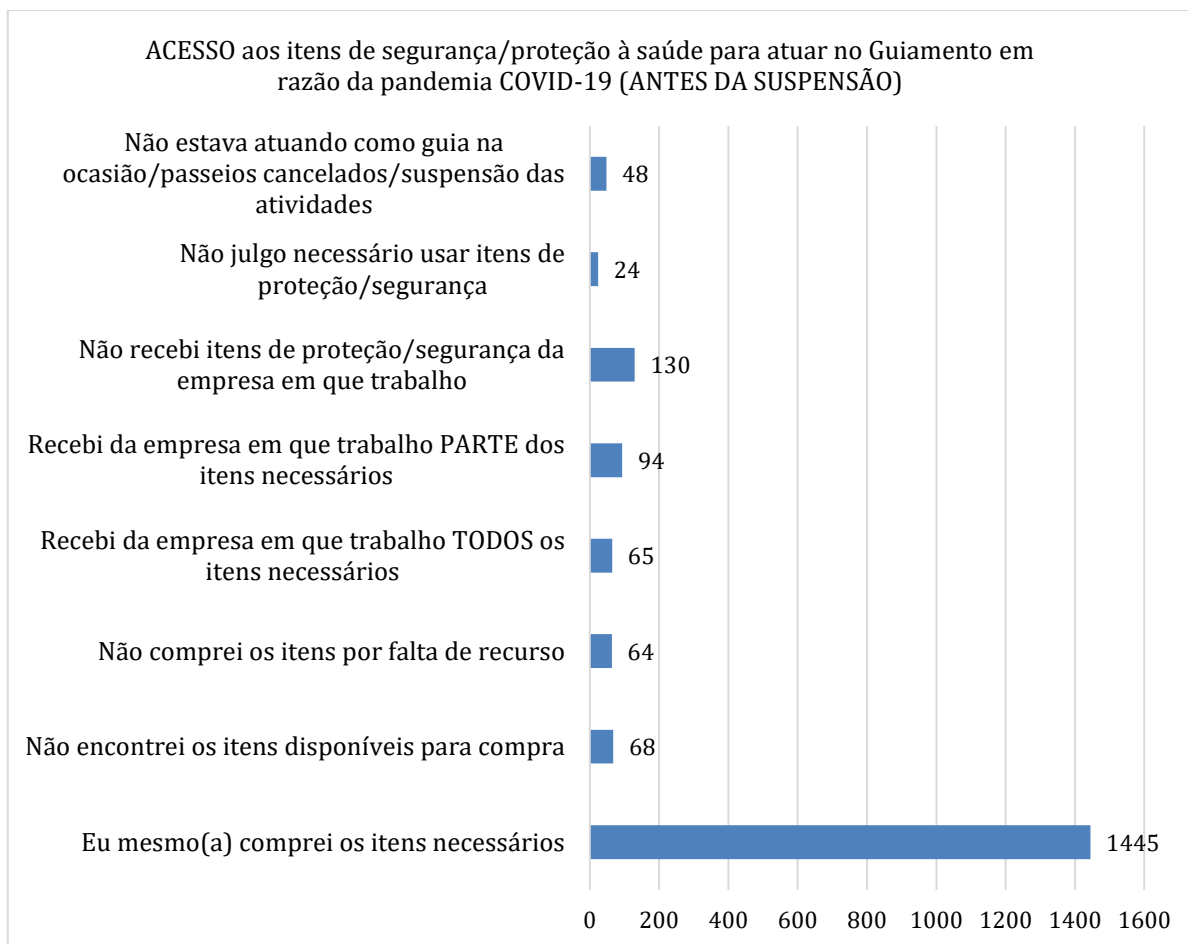


Gráfico 09: Acesso a itens de segurança.

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Embora a maioria dos Guias trabalhe como autônomos, é preciso lembrar que esse trabalho ocorre no estilo *freelancer*, ou seja, a empresa paga a diária do profissional para ele conduzir os grupos de pessoas nos passeios. O Guia utiliza os automóveis da empresa contratante e a representa naquele momento. Isto significa que, apesar de não haver um compromisso contratual como empregado, há uma relação de trabalho onde, durante o período daquele serviço prestado, o cuidado com o profissional deveria ocorrer com alguma responsabilidade e/ou orientações da empresa. Pôde-se perceber que as empresas, bem como as entidades de classes ao qual estão associados, alertaram os guias sobre os cuidados na pandemia, mas não forneceram material de proteção individual (gráfico 10).

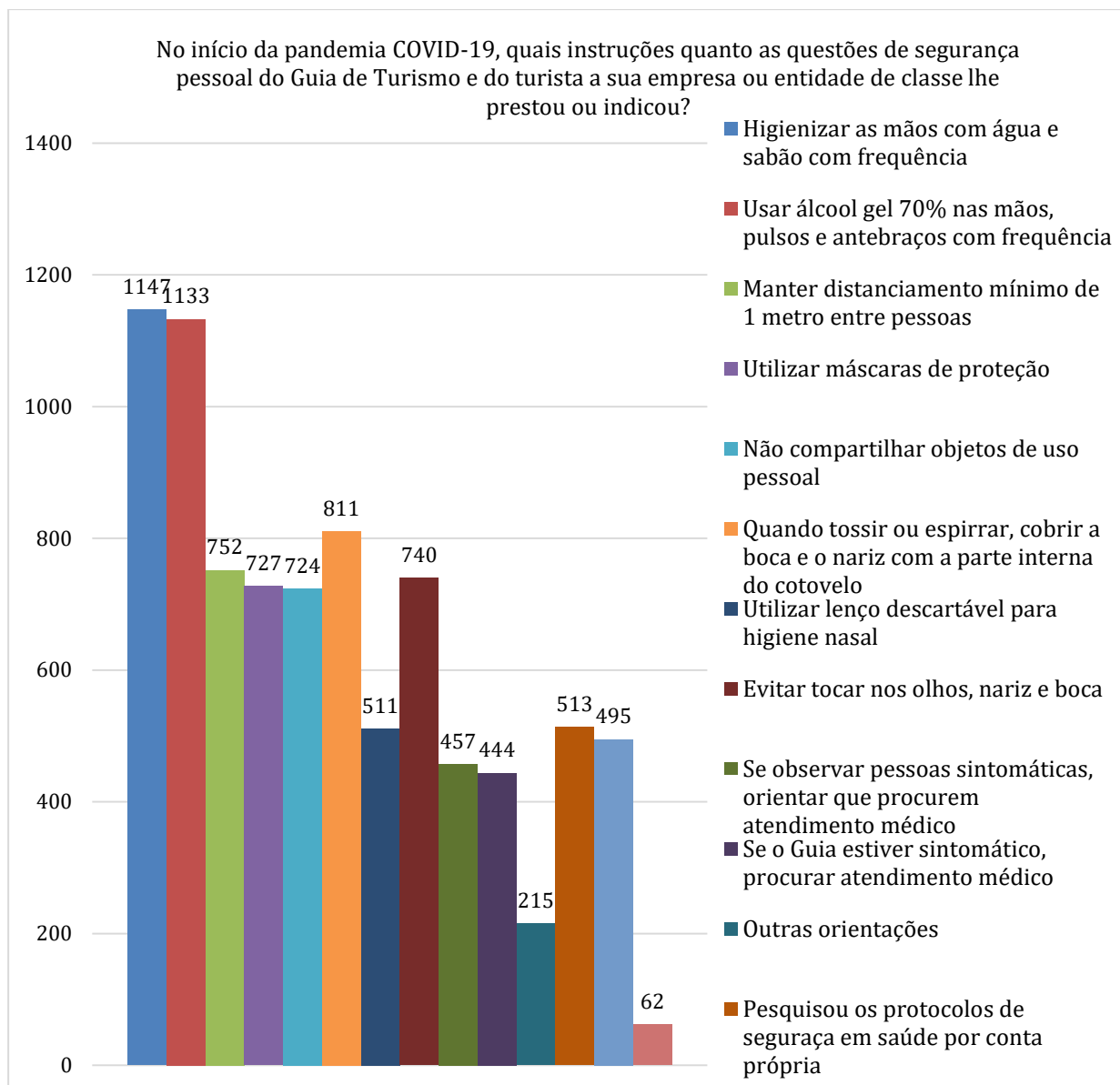


Gráfico 10: Instruções quanto a segurança pessoal
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Apesar das informações dos equipamentos de proteção individuais recebidos por parte de alguns respondentes, bem como do conhecimento do problema de saúde pública em contexto pandêmico, muitos Guias de Turismo julgam as ações dos governos Estaduais e Distrital, bem como do governo Federal como parcialmente apropriadas (quase 50% dos guias pesquisados). Em relação aos Estados, pode-se entender esse julgamento como um reflexo dos *lockdowns* estabelecidos, bem como na demora para tomar decisões. Além disso, pelos depoimentos dos respondentes, percebe-se que algumas pessoas desconfiam das reais intenções políticas em casos como esses e são influenciadas por informações, muitas vezes falsas, que chegam pelos mais diversos canais e que prejudicam as ações mais efetivas para a superação da adversidade. Exemplo disso são as poucas opiniões relatadas sobre o entendimento de que “não é necessário o uso de equipamentos de proteção”, ou que o “vírus é uma invenção da mídia”.



Em relação ao Governo Federal, os problemas decorrentes de informações desencontradas, a dificuldade de acesso ao auxílio emergencial e as questões de ordem hierárquica governamental, impulsionaram a descrença nas ações. Enquanto 7% dos respondentes julgaram como inapropriadas as medidas impostas pelos Governos Estaduais e Distrital, 20% consideram inapropriadas as do Governo Federal. Porém, quando questionados sobre a concordância com a suspensão das atividades de Guiamento e prestação de serviços turísticos por causa da pandemia, 1.493 respondentes afirmaram que concordam, 395 defendem parcialmente a suspensão e 50 manifestaram-se contra.

CONCLUSÕES

Por meio dessa pesquisa, o que se percebe ao investigar a opinião e realidade dos Guias de Turismo do Brasil durante a pandemia da COVID-19 é que houveram inúmeras dificuldades, tais como: faltou explicação/orientação e suporte financeiro por parte dos órgãos governamentais do turismo nas 03 esferas públicas; faltou ação específica para o setor e principalmente para este público constituído por autônomos e *freelancers*; faltou empatia dos governantes e empresas com a situação financeira em que os Guias foram acometidos; faltou engajamento das entidades representativas junto aos governos em favor da categoria; faltou iniciativa pessoal para enfrentar, adaptar-se e superar as dificuldades construindo novas alternativas.

Refletindo sobre os achados, é possível inferir que os prestadores de serviços turísticos de contato mais próximo e imediato com o turista, enfrentam dificuldades que poderiam ter sido minimizadas por ocasião de atuação governamental mais ágil e eficaz em resposta à crise que afeta drasticamente o campo do turismo.

É fundamental que políticas públicas de turismo sejam compostas pelos governos e sociedade de modo a aumentar a resiliência e reduzir os danos (COSTA & SONAGLIO, 2020), principalmente adotando estruturas que permitam uma retomada mais eficiente frente às diferentes adversidades que se enfrentará no percurso do tempo.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. (2011) *Análise de conteúdo*. Ed. Persona.

BRASIL. Medida Provisória nº 919, de 30 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/grGL4>.

_____. (1993a) Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8623.htm.

_____. (1993b) Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Antigos/D0946.htm.

_____. Medida Provisória nº 936, de 01 de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de



que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm.

_____. Medida Provisória nº 948, de 08 de abril de 2020. Dispõe sobre o cancelamento de serviços, de reservas e de eventos dos setores de turismo e cultura em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/Mpv/mpv948.htm.

_____. Medida Provisória nº 963, de 07 de maio de 2020. Abre crédito extraordinário, em favor de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 5.000.000.000,00, para o fim que especifica. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Mpv/mpv963.htm.

CADASTUR. Informações e dúvidas frequentes. Recuperado em 08 novembro, 2020. Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/duvidas-frequentes/inicio>.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. (2020). Auxílio Emergencial. Disponível em: <https://www.caixa.gov.br/auxilio/PAGINAS/DEFAULT2.ASPX>.

COSTA, S. P.; SONAGLIO, K. E. (2020) Análisis del comportamiento resiliente de los gestores de turismo. *Estudios y Perspectivas en Turismo*, 30º Aniversario (29), pp.331 – 348. Disponível em: <https://go.gale.com/ps/anonymous?id=GALE%7CA623791011&sid=googleScholar&v=2.1&it=r&linkaccess=abs&issn=18511732&p=AONE&sw=w>

KINGDON, J. W. (2011) *Agendas, Alternativas and Public Policies*. E. Longman.

_____. (2003) *Agendas, alternatives, and public policies*. (3rd ed.). Harper Collins.

MARCH, J. G. (2009) *Como as Decisões Realmente Acontecem: princípios de tomada de decisões*. Editora Leopardo.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Manual sobre coronavirus. Brasília, DF. (4) Disponível em: http://www.turismo.gov.br/images/manuais/Manual%20Coronav%C3%ADrus%20-%2001_05.pdf.

_____. Turismo responsável limpo e seguro: faça sua parte. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/seloresponsavel/>.

_____. (2020a). O que é o Cadastur. Disponível em: <https://cadastur.turismo.gov.br/hotsite/#!/public/duvidas-frequentes/inicio>.

_____. Relatório de impacto da pandemia de covid-19 nos setores de turismo e cultura no Brasil. Brasília: MTUR, 2020b.



ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. *World Tourism Barometer*. (1). Disponível em: <https://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/wtobarometeresp.2020.18.1.1>.

R CORE TEAM (2018). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing. Disponível em: <https://www.R-project.org/>.

SMITH, J.A.; JUDD, J. (2020) COVID-19: Vulnerability and the power of privilege in a pandemic. *Health Promot J Austral*, 31, 158-160. Disponível em: <https://doi.org/10.1002/hpja.333>.

SOUZA, C. (2006) Políticas Públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias*, 8(16), p.20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>.

TABOADA, N. G.; LEGAL, E. J.; MACHADO, N. (2006) Resiliência: em busca de um conceito. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Humano* 16(3): 104-113. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12822006000300012.

TORO, J. B. (2005) *A construção do público: cidadania, democracia e participação*. Ed. Senac.